

Todas as exigências devem ser vistas como um meio de verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se a sua proposta é satisfatória e vantajosa para a Administração Licitanda e, portanto, todas as declarações devem ser interpretadas dentro do pressuposto da boa fé. Assim, nem toda ou qualquer divergência entre o texto da Lei e do Edital devem conduzir à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação de um concorrente.

Havendo vários sentidos possíveis para a regra, deverão ser prestigiados todos aqueles que conduzem à satisfação do interesse público.

Na fase de habilitação, é imperioso que o Edital eleja critérios de "utilidade" ou "pertinência", para que todo comando tenha uma finalidade específica, necessária e útil para o caso concreto. A Constituição Federal de 1988 em seu art. 37, inc. XXI, determinou que as exigências no processo licitatório deverão ser as mínimas possíveis, o que submeteu a Administração Pública a uma limitação que não lhe permite ir além do necessário.

Assim, inabilitar a Recorrente por a mesma ter se utilizado de nomenclaturas diferentes do Edital, mas com mesma significação e com poder de avaliação e conversão dos critérios, é medida que fere tanto as regras da Lei Federal de Licitações e Contratos, como fere a regra máxima de nosso ordenamento jurídico, a Constituição Federal.

Entra nessa assertiva a exigência de clareza do Edital, como já se pronunciou o STJ em julgado que diz:

"No procedimento licitatório, as cláusulas editalícias hão de ser redigidas com a mais lídima clareza e precisão, de modo a evitar perplexidades e possibilitar a observância pelo universo de participantes" (MS nº 5.655-DF, in Comentários da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Marcel Justen Filho, pág. 330).

Assim, aclamando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como o fato de que a recorrente apresentou sim, certidões contendo os itens exigidos no Edital, porém utilizando-se de outros apontamentos técnicos, demonstra que seu inconformismo é arrazoado não podendo prosperar a decisão emanada da CEL, na qual acabou por julgar inabilitada a Recorrente.

Todas as condições de participação do licitante, definidas no Edital da Concorrência nº 015/2013 e na Lei 8.666/93, na fase de habilitação, foram atendidas plenamente pela Recorrente.

Ademais, o julgamento deve se processar observando os princípios insculpidos no art. 3º da Lei 8.666/93, salvaguardando a competição e o interesse da Administração Pública buscado no certame.

ISTO POSTO, requer a recorrente, seja recebido o presente apelo administrativo, em ambos os efeitos, e julgado procedente para reformar a decisão, julgando, a empresa CONSTRUTORA CIVIL FN LOURO LTDA.,


JACQUESON TEIXEIRA LOURO
SÓCIO GERENTE